



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpverde.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

Ata da *Vigésima Quinta Sessão Ordinária* do ano de dois mil e dezoito, realizada em vinte e dois de maio, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, onde se fizeram presentes sob a *Presidência Interina* do senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos**, os senhores vereadores: **José Alessandro Santana Farias (Segundo Secretário)**, **Dameres Vieira Cavalcanti**, **Emílio de Jesus Souza**, **Gilson Santos do Rosário**, **Jaci Silvino de Sousa**, **Josefa Délia Félix dos Reis** e **Pedro de Jesus Santos**. A seguir, procedeu-se a dispensa da leitura da *Ata da Sessão*. Em seguida, foi apresentada a seguinte proposição: **Indicação 053/2018** - Ao excelentíssimo senhor Prefeito **Everaldo Iggor Santana de Oliveira**, sugerindo o que segue: 1. Providências emergenciais junto a **Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo**, voltadas para a poda de árvores, pintura do meio fio e capinagem do Povoado Rio Real, de autoria do senhor vereador **Emílio de Jesus Souza**. Em seguida, deu-se início ao *Grande Expediente*, no qual o Secretário Municipal de Administração, senhor **Bruno Leonardo de Oliveira Ribeiro**, comentou que, em meados de dezembro do ano passado, o Governo Municipal foi notificado pelo Procurador Geral de Justiça, indicando diretrizes sobre as políticas públicas de inspeção e controle do comércio de produtos de origem animal, após essa notificação foi realizada visita no Frigorífico localizado na cidade de Ribeira do Pombal, que abate os bovinos comercializados no município, a fim de reunir documentos para atestar a legalidade do Frigorífico, bem como o transporte da carne para outro estado. Segundo o coordenador do Frigorífico, a unidade possui as licenças necessárias para realizar o abate e transporte das carnes, atendendo todas as normas sanitárias exigidas por lei. O Secretário disse ainda, que em janeiro deste ano, todos os estabelecimentos que comercializam produtos de origem animal foram inspecionados e notificados, pela vigilância sanitária municipal, mas a maior resistência encontrada foi dos comerciantes de carnes da feira livre, que entendem que, carne de qualidade é aquela comercializada em estado fresco, em temperatura ambiente, exposta nos balcões dos boxes, como é feita há muitos anos. Ele afirmou que, a ideia sugerida é a instalação de balcões refrigerados, em todos os boxes onde há comercialização de produtos de origem animal, mas o grande desafio é convencer os marchantes de que essa é a forma correta de comercializar estes produtos, e uma das alternativas é realizar campanhas educativas, para que os consumidores compreendam que, a carne saudável é a refrigerada, e não a comercializada em temperatura ambiente. Outro impasse é o investimento nesses balcões e o alto custo de manutenção do CECAF, pois o consumo de energia aumentará substancialmente, após a instalação dos balcões, e atualmente, o custo de manutenção do CECAF é mais que o dobro arrecadado com a Feira Livre. Ainda em janeiro deste ano foi realizada uma reunião com os marchantes, com o Médico Veterinário Lourival Junior, que explicou a importância da comercialização de forma saudável e segura dos produtos de origem animal, dando início ao trabalho de conscientização dos comerciantes locais. O Secretário Bruno contou que, alguns mercados municipais do Estado da Bahia possuem balcões refrigerados, e ressaltou que, a ideia inicial de fazer uma câmara fria no CECAF não atenderia os comerciantes, pois é um local de armazenamento, e os marchantes têm que expor o seu produto para o consumidor. Afirmou que, já conversou com representantes da EMDAGRO, que informaram que é possível pleitear verbas no Ministério da Agricultura, para subsidiar os custos destes balcões, e ressaltou que é um assunto a ser debatido com a comunidade. Afirmou ainda que, além deste existem diversos problemas crônicos que o município tem que enfrentar, a exemplo dos 26 milhões de passivos com o INSS, problemas com o lixões e cemitérios locais, 9 milhões com precatórios, o sistema de educação, merenda escolar, manutenção das escolas, manutenção dos prédios públicos, custos com a saúde, para manter o atendimento a contento, gastos com a frota de veículos, entre outros desafios. Dentro deste contexto, o Governo Municipal decidiu estipular o reajuste salarial de acordo com o que foi dado pelo Governo Federal de 1,81% aos servidores efetivos, a partir da data base. O orador declarou em seguida, que é preciso levar em consideração que, muitas categorias receberam adicional de insalubridade, mediante elaboração de laudo técnico, por equipe contratada pelo município, a exemplo dos Agentes Comunitários de Saúde, que passaram a receber 10 % de adicional, assim como os Garis e



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpverde.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

Margaridas, através de acordo coletivo, assinado pelo prefeito, junto com a categoria, haja vista que após o estudo técnico, percebeu-se que a categoria não tinha direito ao benefício. Ele esclareceu que, apenas 16% do que é gasto com pessoal é para pagar os funcionários contratados ou comissionados, desmentindo o argumento de que o que é gasto com estes servidores poderia ser revertidos para pagar os reajustes dos servidores efetivos, e ainda 32 % do montante são pagos com verbas de programas específicos, não comprometendo o fundo do qual os servidores recebem os seus pagamentos. O Secretário expôs algumas medidas tomadas pelo Gestor Municipal, para sanar alguns problemas do município: Suspensão de todas as diárias por tempo indeterminado; solicitou a cada Secretário um plano de contenção de despesas de suas pastas, apresentando até mesmo a possibilidade de corte de pessoal. Além disso, este ano foram realizados levantamentos de despesas do município, e encontrou-se 24 unidades consumidoras de energia de titularidade do município, mas que foram desativadas, a exemplo de poços artesianos desativados, escolas demolidas, matadouro municipal e banheiro público. O titular da pasta da Administração afirmou que, foi realizado o cancelamento de 11 unidades consumidoras, restando 13 a serem canceladas, todas essas unidades representavam uma despesa de R\$ 15 mil reais por ano. Na oportunidade, o Secretário falou sobre o sistema de monitoramento instalado parcialmente na cidade, mas que já contribui para a investigação de crimes, e as pessoas interessadas nas imagens podem adquiri-las, mediante a apresentação do Boletim de Ocorrência e assinatura de protocolo junto ao DMTT. Disse depois que, o sistema tem o objetivo de auxiliar na elucidação de crimes, como também no monitoramento do trânsito, no entanto, ainda não dispõe de estrutura suficiente para o acompanhamento das imagens durante 24 horas, como solicitado pela Câmara de Vereadores em outras ocasiões. Informou ainda, que o DMTT realizará palestras nas escolas, sobre o *Maio Amarelo*, divulgando a educação para o trânsito. Em seguida, o Diretor de Departamento de Pessoal Divangel falou sobre o quadro de servidores do município, e destacou que, o município possui 600 servidores, mas apenas 560 servidores efetivos estão na folha de pagamento e 15 são inativos, desse montante também se diminui 12 servidores que são cedidos para outros órgãos com o ônus para o município, 11 cedidos com ônus para o órgão de destino e 7 servidores que foram exonerados a pedido, 8 servidores com auxílio doença, 7 servidores afastados por licença-maternidade, 17 servidores sob licença prêmio. Ele comentou que, o Setor de Recursos Humanos tem trabalhado para atender de forma humana e transparente todos os servidores, esclarecendo as dúvidas e dando orientações para todos que chegam. Disse ainda, que, 79% do montante de servidores são efetivos, 7% são contratados, 9% são comissionados, 2% são inativos, 3% eletivos. Falou ainda, que o município possui 67 servidores contratados, mas mais de 60% dos recursos para o pagamento de salários são pagos com recursos federais, disse ainda, que existem 21 servidores efetivos com função gratificada, 130 cargos comissionados e desses últimos 52 recebem gratificação. Segundo o orador todo o pessoal representa um montante na folha de pagamento de R\$ 2.556.204,02 reais, já com as despesas patronais, sendo que, 52% são provenientes da educação, 4% da assistência social, 19% com os servidores lotados na Prefeitura, 26% com a saúde. Também falou que parte do 13º salário é pago aos servidores no mês de seu aniversário, e até agora foram pagos R\$ 335.260,00 reais. A seguir, o senhor **Everton** responsável pelo setor de licitações do município falou sobre os processos licitatórios realizados pelo município, e descreveu cada um deles, com destaque para o de fornecimento de combustível, fornecimento de merenda escolar, aquisição de peixes para a *Semana Santa*, fornecimento parcelado de pneus e câmaras de ar, e protetores para atender as necessidades da Prefeitura, do fundo municipal de saúde e da assistência social. Além disso, falou sobre a prorrogação de prazo de alguns processos licitatórios, bem como foram realizadas atas de registros de preços de mobiliário para as escolas, registro de preços para serviços funerários, aquisição de cestas básicas, para suprir as necessidades da população carente. O senhor **Everton** falou que o município também fez adesão a Ata de registro de preços para aquisição de mobiliários escolares, constituído de mesa de alunos, mesa para o professor e mesa acessível. Também comentou que, foi realizado o registro de preço para a aquisição de cestas básicas, para suprir as necessidades das pessoas carentes



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpverde.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

do município, foram feitos pregões para o fornecimento de material odontológico, contratação de empresa para a aquisição de material permanente, aquisição parcelada de medicamentos listados na ABC Farma, aquisição de veículo utilitário e um de passeio para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde. Na oportunidade, o orador demonstrou aos presentes como acessar todas as informações que ele passou no Portal do Tribunal de Contas e no portal da Prefeitura, e explicou que, qualquer cidadão pode consultar todas as despesas, inclusive com eventos, que tem que ser publicados até um mês posterior ao evento. Além disso, explicou que no portal da Prefeitura também são publicados todos os editais de licitação, as atas de sessão e todas as informações referentes aos certames licitatórios e respectivos contratos. Por fim, os oradores agradeceram a oportunidade de fazer os esclarecimentos, e se colocaram à disposição para quaisquer dúvidas. Por conseguinte, o senhor vereador **Pedro de Jesus Santos** comentou que o Secretário **Bruno** demonstrou diversos problemas que município possui, e indagou se as dívidas de precatórios e INSS são provenientes apenas da gestão passada, ou o valor descrito é o resultado do acúmulo de todas as administrações do município? Perguntou também se o percentual de reajuste dos salários dos servidores do município apresentado pelo Secretário é a proposta final do Governo Municipal, ou há alguma forma de alterá-la, para que o percentual aumente? Ele indagou se é possível colocar o valor que foi licitado em cada certame na apresentação da pasta? O Secretário Bruno em seguida, afirmou que os déficit de precatórios e de INSS são acumulados de gestões passadas, e tem citado todas essas problemáticas, para que as pessoas entendam a real situação do município, e que entendam que não é hora do Prefeito conceder um reajuste tão expressivo, como o do ano passado, haja vista que a receita tem sido cada vez menor. Disse ainda, que a última proposta do Prefeito foi o percentual de reajuste que foi apresentado por ele, mas o Sindicato não formalizou qualquer contra proposta até o momento. E mais, comentou que de forma alguma quis desqualificar ou desmerecer os servidores públicos municipais, mas destacou que mensalmente os servidores têm avanços na carreira e todo mês há uma dinâmica na folha de pagamento, mas a receita do município não acompanha esse crescimento, e os vários problemas do município oneram e impedem que, a gestão possa avançar neste sentido. Depois, o senhor **Everton** afirmou que, os valores das licitações não foram expostos na apresentação realizada naquela noite, para que a apresentação fosse mais sucinta, e explicou onde se localiza essa e outras informações no portal da Prefeitura. Por conseguinte, o senhor vereador **Gilson Santos do Rosário** agradeceu a presença do Secretário e de toda a sua equipe, e enfatizou a importância da *Lei Municipal 623/2012*, haja vista que possibilita a população saber o que o gestor do município está fazendo. A seguir, o senhor vereador **José Alessandro Santana Farias** agradeceu e parabenizou o Secretário **Bruno** e sua equipe, e comentou que participou da reunião com os marchantes do município, e indagou se após a reunião já foi feito o levantamento de custo dos balcões frigoríficos? E como seria a parceria do gestor com os marchantes? Falou também que as câmaras de vigilância que foram instaladas no município, a seu ver não estão cumprindo com sua função a contento, pois não há o acompanhamento das imagens durante 24h, e teme que alguma atitude seja tomada somente após algum incidente trágico, o edil espera que as imagens possam servir para as autoridades como prevenção de crimes. O parlamentar disse ainda, que tem solicitado ao DMTT a colocação de faixas de pedestres em várias localidades a exemplo da Praça Osória Mota, mas até o momento não foram atendidas, e relembrou que antes os agentes da DMTT faziam a orientação do trânsito, nos horários de maior movimento, para que as pessoas atravessassem com segurança para a Escola Estadual Sebastião da Fonseca, mas atualmente não estão realizando, e pediu que a Secretaria tomasse providências em relação a isso, como também orientassem o trânsito nas demais ruas da área central da cidade, sobretudo próximo a Igreja nos horários de missa. Relembrou ainda, da sua *Indicação* solicitando que o recolhimento das taxas dos feirantes fosse realizado através de boleto, para que 25% dos recursos arrecadados fossem direcionados para o fundo da educação automaticamente. Ele comentou que, não houve interesse da administração atender a sua *Indicação*, e ressaltou a importância de todos os feirantes e vendedores ambulantes pagarem a taxa via boleto, que ajudaria



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpverde.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

muito na arrecadação do município. Por conseguinte, o Secretário comentou que o grande desafio para mudar a realidade da venda de produtos de origem animal é conscientizar os comerciantes a fazerem investimento nos balcões frigoríficos, e destacou que também não é obrigação do município arcar com essa despesa, e exemplificou que, no município de Ribeira do Pombal, a Prefeitura adaptou os boxes e os feirantes adquiriram os balcões. No entanto, ele disse que de forma alguma eximiu o município de custear ou ajudar marchantes neste sentido. Afirmou que o mais importante é que todos se unam, para encontrar uma solução, mas já tem buscado auxílio dos representantes da categoria, para que observem o que é necessário para que essa mudança ocorra da melhor forma possível. E, a respeito do monitoramento por câmeras, falou que a ideia do vereador **José Alessandro** é muito interessante, mas é preciso que o município possua uma boa infraestrutura para tal, e não acredita que os agentes possam atuar na segurança para a prevenção de crimes, pois é necessário saber se a Polícia Militar tem como dar o suporte, bem como os agentes que estiverem fazendo o monitoramento tem que ser devidamente treinados. Em relação à arrecadação dos feirantes, reafirmou que ela não é suficiente para cobrir nem a metade dos custos com a manutenção daquele espaço, e exemplificou com os valores pagos com pessoal, material de limpeza, energia elétrica e água, destacando, que o município tem que arcar com todas essas despesas. A seguir, o senhor vereador **Edson** agradeceu os representantes da Secretaria Municipal de Administração, e destacou que, os desafios são inúmeros, mas acredita que, a Prefeitura pode recalcular suas despesas, para conceder um reajuste mais satisfatório aos servidores, pois o valor apresentado será o mais baixo da história do município, se concedido. O edil disse ainda, que será muito positivo para o município conseguir a instalação dos balcões frigoríficos para a comercialização das carnes, e destacou que apesar de não ser uma proposta muito popular politicamente, mas trará muitos benefícios para a saúde dos munícipes. E mais, sugeriu que, se o Poder Executivo não conseguir subsidiar esses equipamentos, que busque junto às instituições financeiras a abertura de crédito, para que os marchantes possam pagar por eles, de forma mais suave. Por fim, o Secretário comentou que é uma satisfação estar nesta Casa prestando contas de sua pasta, e se colocou à disposição dos vereadores, para atendê-los quando necessário. Ainda no *Grande Expediente*, o senhor vereador **José Alessandro de Santana Farias** lamentou que alguns colegas tenham saído da *Sessão*, enquanto o Secretário **Bruno** ainda se apresentava. O edil comentou que, se decepcionou com algumas atitudes do *Presidente da Casa*, por ter colocado os *Projetos de Lei 946 e 947/2017* para a votação, mesmo ele já tendo sinalizado que, as matérias precisavam ser corrigidas, e repudiou tal ação. O orador afirmou ainda, que participou de algumas audiências promovidas pelo *Poder Executivo*, e lembrou do discurso do Prefeito Municipal na audiência realizada no Tabuleirinho, onde se falou das gestões passadas, enquanto na do Distrito São José afirmou que, não gostava de olhar para o passado, o edil refletiu que, os agentes públicos e políticos, sobretudo o Prefeito tem que ter em mente, o que querem para o futuro do município, e focalizar as metas e objetivos a serem alcançados, e pediu que os ouvintes levassem essa mensagem para o chefe do executivo. O edil reiterou a questão do salário educação, e expôs os valores que o município recebeu no ano passado e este ano, e afirmou que nenhuma escola municipal recebeu qualquer reforma. E mais, afirmou que apenas a Escola Municipal Josias Rabelo está sendo reformada este ano, depois dos professores cogitarem levar os problemas da escola ao Ministério Público. Ele afirmou que é inadmissível realizar uma reforma com os alunos frequentando a escola, e sugeriu que as aulas fossem suspensas até terminarem as obras, para não expor as crianças ao risco de acidentes. Já em relação ao reajuste dos servidores, o edil afirmou que, o SINDSERV diz que o reajuste dos servidores pode ser maior que o anunciado pelo Secretário, e comentou que, o Poder Executivo pode “cortar algumas gorduras”, para conceder o reajuste. O parlamentar relatou que 40% dos servidores são contratados, e indagou e se este montante de pessoas é necessário, para o município, ou foram contratadas por acordo político? Será que todas estas pessoas estão de fato trabalhando, ou estão recebendo sem trabalhar? E citou exemplo de uma pessoa que, utilizou um termo chulo, para dizer que foi chamada para assumir um cargo, mas não faz nada,



CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO VERDE

Av. Epifânio Doria, 18 – CEP. 49490.000 – CNPJ 32.741.571/0001-73

Fone: (79) 3549-1454 e-mail: cmpverde.se@bol.com.br

Décima Sexta Legislatura

no entanto, essa pessoa recebe um salário de mais de R\$ 8 mil reais mensais. Ele refletiu que, este é apenas um caso, e alertou que não se pode brincar com o dinheiro público, é preciso que o Prefeito tome conhecimento dessas coisas, e tome providências, relatou ainda, que há muitos servidores que estão de fato trabalhando e que, estão há mais de dois meses sem receber. O edil trouxe outra problemática à tona, há dois dias não está havendo aula na Escola Agrícola, por falta de merenda escolar, e indagou onde está o conselho da Alimentação Escolar? Declarou em seguida, que até agora não tomou conhecimento se houve reuniões do Conselho do FUNDEB, e se preocupa muito com essa situação, pois, é este Conselho que aprovará as contas do FUNDEB, para que os recursos da educação sejam recebidos pelo município. Pediu ao Secretário Municipal de Obras, que tome providências em relação ao esgoto da *Travessa Dezinho*, pois, os moradores da localidade não estão suportando o mau cheiro do esgoto e das fossas que, estão cheias, e transbordando na rua. Por fim, refletiu sobre o reajuste de 1,81% dos servidores municipais, em relação ao reajuste de 23% do salário do Prefeito e do Vice-Prefeito, e destacou que apesar de ser legal, é imoral conceder um reajuste tão baixo para os servidores, que ganham salários baixos. O senhor vereador **José Alessandro** comentou ainda, que os beneficiários da Associação Boa Esperança estão aguardando respostas sobre o loteamento, e comentou que, a *Casa* deve apresentar um *Requerimento* mais breve possível, para que a Presidente da referida associação, compareça a Sessão, para esclarecer todas as dúvidas dos associados. Por fim, salientou que, está fazendo o seu papel como vereador, e continuará lutando, para que as pessoas tenham melhor qualidade de vida. Por sua vez, o senhor vereador **Edson de Jesus Reis Santos** comentou que, é favorável ao *Requerimento*, e sugeriu que os associados formassem uma comissão e procurassem as autoridades competentes, e levassem essa problemática, para tentar resolvê-la. Falou sobre a situação da Travessa Dezinho, e apelou para que o Secretário de Obras possa tomar alguma providência, pois os moradores da localidade estão sofrendo muito com a situação. E, por não haver outros oradores inscritos no *Grande Expediente*, ou matérias para serem discutidas ou votadas na *Ordem do Dia*, deu-se início às *Considerações Finais*. Nas *Considerações Finais*, o senhor vereador **José Alessandro** ressaltou a importância de trazer temas para o Plenário que, interessem a população, e toda vez que isso ocorre, as pessoas participam mais assiduamente das *Sessões*, e agradeceu a presença dos munícipes a *Sessão* daquela noite. E, por não haver outros edis para se manifestar nas *Considerações Finais*, o senhor *Presidente* declarou por encerrada a *Sessão*, ficando todos convocados para no dia vinte e quatro de maio de dois mil e dezoito, às dezenove horas realizarem a próxima *Sessão Ordinária*, e para constar eu, vereador **José Alessandro Santana Farias**, lavrei a presente Ata e abaixo subscrevo, em substituição ao titular.

Plenário da Câmara Municipal de Poço Verde, em vinte e dois de maio de 2018.

Edson de Jesus Reis Santos/PSB
Presidente Interino

José Alessandro Santana Farias/ PC do B
Segundo Secretário

Damareis Vieira Cavalcanti/PMN
Vereadora

Emílio de Jesus Souza/PSDB
Vereador

Gilson Santos do Rosário/PMN
Vereador

Jaci Silvino de Sousa/PSC
Vereador

Josefa Délia Félix dos Reis/ PP
Vereadora

Pedro de Jesus Santos/PDT
Vereador